

A terma¹ "Travesti" e o contexto brasileiro: desafios de representação e inserção em vocabulários internacionais LGBTQ+

The term "Travesti" in the Brazilian context: challenges of representation and insertion in international LGBTQ+ vocabularies

El término "Travesti" y el contexto brasileño: desafíos de representación em vocabulários Internacionais LGBTQ+

Le terme « travesti » et le contexte brésilien : défis de représentation et d'intégration dans le vocabulaire international LGBTQ+

Isabela Sombra da SILVA²

Pablo GOMES³

Claudio Paixão Anastácio de PAULA⁴

Correspondência

Autor para correspondência. Isabela Sombra da Silva

E-mail: isasombra@proton.me

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4915-4938>



Submetido em: 28/08/2025

Aceito em: 18/12/2025

Publicado em: 30/12/2025

¹ No título em português o artigo (the) e o substantivo comum (term) foram colocados no feminino em referência a um dos primeiros livros que tentou reunir o pajubá/bajubá *Aurélia: a dicionaria da língua afiada*.

² Doutoranda e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais; Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual de Minas Gerais e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

³ Doutor em CI pela Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto Federal do Maranhão / Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

⁴ Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG (PPGCI/UFMG) e Professor Associado da Escola de Ciência da Informação da mesma instituição.

RESUMO

O artigo discute os desafios de representar a identidade de gênero travesti no vocabulário internacional Homosaurus. Partindo de revisão histórico-sociocultural sobre a construção da travestilidade no Brasil, o estudo adota abordagem qualitativa e interpretativa. O corpus consiste no próprio Homosaurus, analisado em seus formatos alfabético, hierárquico e de busca. Examinaram-se termos, notas de escopo e relações semânticas vinculadas a “travesti”, identificando lacunas e descrições universalizantes que invisibilizam especificidades brasileiras. A análise demonstra que o termo existente (“Travestis”) não contempla a dimensão político-identitária latino-americana, reproduzindo visão binária centrada no Norte Global. Propõe-se, então, a inclusão de “Travesti (Brasil)” como termo controlado, com nota de escopo que reconheça seu caráter híbrido, histórico e autopoietico. Conclui-se que controlar vocabulários semânticos sem atenção à interseccionalidade reforça epistemicídios; por outro lado, ajustes críticos em Sistemas de Organização do Conhecimento podem promover justiça cognitiva e ampliar o acesso à informação para populações trans e travestis.

Palavras-chave: controle de vocabulário; gênero; representação da informação; vocabulários controlados.

ABSTRACT

This paper addresses the representation of the Brazilian travesti gender identity in the international LGBTQ+ controlled vocabulary Homosaurus. Drawing on historical and sociocultural scholarship, the research employs a qualitative, interpretive approach. The Homosaurus itself serves as primary data, examined through its alphabetical list, hierarchical tree and search functionalities. Terms, scope notes and semantic relations related to “travesti” were scrutinised, revealing a universalising entry (“Travestis”) that overlooks the hybrid, Latin-American experience and reproduces a Global-North, binary framework. The study advocates the insertion of the controlled term “Travesti (Brazil)” with a scope note reflecting its political, historical and non-binary dimensions. Findings suggest that uncritical knowledge-organization systems perpetuate epistemicide, whereas critical vocabulary interventions foster cognitive justice and improve information access for travestis and other trans communities.

Keywords: vocabulary control; gender; information representation; controlled vocabularies.

RESUMEN

El artículo discute los desafíos de representar la identidad de género travesti en el vocabulario internacional Homosaurus. Partiendo de una revisión histórico-sociocultural sobre la construcción de la travestilidad en Brasil, el estudio adopta un enfoque cualitativo e interpretativo. El corpus de análisis es el propio Homosaurus, examinado en sus formatos alfabético, jerárquico y de búsqueda. Se examinaron los términos, las notas de alcance y las relaciones semánticas vinculadas a “travesti”, identificando vacíos y descripciones universalizantes que invisibilizan las especificidades brasileñas. El análisis demuestra que el término existente (“Travestis”) no contempla la dimensión político-identitaria latinoamericana, reproduciendo una visión binaria centrada en el Norte Global. Se propone, entonces, la inclusión de “Travesti (Brasil)” como término controlado, con una nota de alcance que reconozca su carácter híbrido, histórico y autopoietico. Se concluye que controlar vocabularios semánticos sin atención a la interseccionalidad refuerza epistemicidios; por otro lado, los ajustes críticos en los Sistemas de Organización del Conocimiento pueden promover la justicia cognitiva y ampliar el acceso a la información para las poblaciones trans y travestis.

Palabras clave: control de vocabulario; género; representación de la información; vocabularios controlados.

RÉSUMÉ

Cet article traite des défis liés à la représentation de l'identité de genre travesti dans le vocabulaire international Homosaurus. Partant d'une revue historique et socioculturelle de la construction de la travestilité au Brésil, l'étude adopte une approche qualitative et interprétative. Le corpus consiste en Homosaurus lui-même, analysé dans ses formats alphabétique, hiérarchique et de recherche. Les termes, les notes de portée et les relations sémantiques liés à « travesti » ont été examinés, identifiant les lacunes et les descriptions universalistes qui rendent invisibles les spécificités brésiliennes. L'analyse démontre que le terme existant (« Travestis ») ne tient pas compte de la dimension politico-identitaire latino-américaine, reproduisant une vision binaire centrée sur le Nord global. Il est donc proposé d'inclure « Travesti (Brésil) » comme terme contrôlé, avec une note de portée qui reconnaît son caractère hybride, historique et autopoietique. Nous concluons que contrôler les vocabulaires sémantiques sans prêter attention à l'intersectionnalité renforce les épistémicides ; d'autre part, des ajustements critiques dans les systèmes d'organisation des connaissances peuvent promouvoir la justice cognitive et élargir l'accès à l'information pour les populations trans et travestis.

Mots-clés: controle do vocabulário; gênero; representação de informação; vocabulários controlados.

1 INTRODUÇÃO

A identidade "travesti" apresenta, para os brasileiros, uma considerável confusão quanto ao seu real significado, estando social e historicamente associado a homens homossexuais, espetáculos noturnos, prostituição, promiscuidade, curiosidade sexual e fortemente reforçada pelos programas de auditório em canais de televisão dos anos 1990. No Brasil, a palavra "travesti" parece amalgamar todas as dissidências de gênero e corporalidades reconhecidas socialmente como transgressoras dentro de uma cultura profundamente fundamentada no cristianismo, no moralismo e na obsessão por assemelhar-se aos seus colonizadores.

Contudo, com o passar do tempo e os pequenos avanços no reconhecimento social, jurídico e médico das pessoas transexuais, surgiu um desafio interno quanto à autoidentificação e à compreensão dos gêneros dissidentes no Brasil. A identidade travesti, forma pela qual esse grupo foi identificado, ou melhor, estigmatizado, causando traumas em muitas transexuais (trans) que rejeitam ser chamadas assim, enquanto outras tantas se orgulham dessa nomeação, apresenta uma dificuldade de diferenciação com outra identidade, a de mulher trans. Há ainda uma herança histórica e simbólica que se diferencia de experiências e vivências de outras nacionalidades.

Reconhecendo que existem múltiplas dimensões, perspectivas e possíveis respostas, o foco deste trabalho foi deliberadamente mais restrito e partiu do questionamento: como representar de forma complexa a identidade de gênero travesti, em seu contexto brasileiro,

em vocabulários internacionais? Convergente a essa questão, objetivou-se elaborar uma proposta terminológica e conceitual para a inserção da palavra "travesti" no vocabulário internacional de termos LGBTQ+ conhecido como Homosaurus. Para alcançar o objetivo e responder à questão problema que orientam essa pesquisa, realizou-se uma análise do referido tesouro, associada a uma investigação bibliográfica sobre a identidade travesti, sua historicidade, suas particularidades culturais e as implicações sociais no Brasil contemporâneo.

De início, ressalta-se que a identificação de uma pessoa com determinada identidade de gênero deve fundamentar-se prioritariamente em sua autopercepção e na ressonância entre suas experiências individuais e as vivências coletivas do gênero em questão – neste caso, a identidade travesti, analisada e apresentada, limita-se a literatura e aos autores referenciados. Embora o texto apresente elementos que caracterizem experiências coletivas associadas à identidade travesti, cumpre esclarecer que esta pesquisa possui caráter experimental, com o objetivo geral de propor uma discussão terminológica inicial para um vocabulário internacional com termos específicos sobre a comunidade LGBTQ+, visando conferir reconhecimento à identidade de gênero travesti brasileira em suas múltiplas dimensões: políticas, históricas, sociais e subjetivas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, por buscar a compreensão dos significados e sentidos (Creswell, 2010) dados à palavra travesti enquanto termo no/para o Homosaurus. Por seu

objetivo, é uma pesquisa do tipo interpretativa ao ater-se ao significado dado à realidade (Domingues, 2004).

A coleta de dados utilizou a pesquisa documental, por considerarmos o Homosaurus como uma fonte de informação primária, ou seja, os dados ainda não passaram por processos analíticos de interpretação (Laville; Dione, 1999). Enquanto documento, fonte de informação, o Homosaurus se apresenta como um objeto de pesquisa com amplas possibilidades de análise. Sendo possível compreender uma determinada área, campo ou temática por seus termos, descrições e relacionamentos.

Para a análise do Homosaurus, utilizamos, inicialmente, uma leitura ampliada do tesauro em seu formato alfabético e depois em seu formato de árvore, em que foi possível identificar e compreender os relacionamentos. Para confirmação de leitura, algumas pesquisas foram realizadas no campo de buscas com o termo “Travesti”.

A análise dos dados atentou-se principalmente aos elementos semânticos do tesauro: aos termos em sua apresentação, em suas descrições, também chamadas de notas de escopo, e nos seus relacionamentos. A partir da palavra travesti, verificamos termos parônimos, não encontrados, termos homônimos, e termos com proximidades de sinonímia. As descrições dos termos foram lidas à luz do referencial teórico, seção 2. Por fim, foram analisados os relacionamentos hierárquicos e associativos de cada um dos termos identificados.

3 O QUE É UMA “TRAVESTI”?

A palavra “travesti” tem origem francesa, relacionando-se inicialmente ao universo do burlesco, onde designava um tipo de “disfarce”. Entre 1870 e 1920 ocorreu um interesse de produções

acadêmicas e artísticas para se entender o fenômeno dos homens e das mulheres que se apropriaram de características e artefatos do sexo oposto (Arruda; Araújo; Araújo, 2021; Fernandez, 2004). Green (2000) ressalta que a palavra já era empregada na mídia desde pelo menos a década de 1940 para designar a prática de homens vestirem-se como mulheres no carnaval. Na década seguinte, passou a ser adotado por indivíduos que se auto identificavam como homossexuais e adotavam performances de gênero femininas, alguns dos quais atuavam profissionalmente como "atores travestis" ou "transvestidos" no teatro (Green, 2000).

No Brasil, a presença de travestis em espetáculos consolidou-se durante os anos 1960, quando produtores culturais passaram a investir em linguagens artísticas europeias, acompanhando tendências já estabelecidas em grandes centros urbanos internacionais. A elite brasileira, em seu esforço de aproximação com as convenções europeias, tornou-se importante mediadora na transformação do regime de visibilidade das "travestis profissionais". Ao consumir esses espetáculos e seus artistas, esse segmento social contribuiu para certo reconhecimento da existência dessas pessoas (Soliva, 2018).

A organização dos primeiros grupos e associações de travestis – em sua maioria voltados ao enfrentamento da epidemia de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) – e as tensões com grupos homossexuais fizeram da década de 1980 o período em que a palavra "travesti" passou a ser utilizada como identidade política distinta da homossexualidade (Carvalho; Carrara, 2013).

O reconhecimento de identidades trans pelo Estado brasileiro é lenta e permeada de retrocessos. Somente em 2014, com a

Resolução Conjunta do Ministério da Justiça nº 1, de 15 de abril do mesmo ano, foram determinados parâmetros legais para o tratamento de casos de reclusão penitenciária para pessoas trans e travestis, sendo para estes casos o elemento separador de mulheres trans e travestis a genitália no reconhecimento (ou não) de mulheridades possíveis para o “cistema prisional” (Lima; Gitirana; Sá, 2022, p. 1139), ou ainda, como a última fronteira entre a zona do ser e zona do não ser. A presença do falo em corpos que performam o feminino é, assim, usada para legitimar a negativa da fruição de direitos, cidadanias e humanidades plenas e possíveis (Lima; Gitirana; Sá, 2022).

Considerando o contexto histórico, político e social que envolve a palavra “travesti” no Brasil, defende-se a manutenção da expressão em sua forma original, sem tradução para outros idiomas. A construção da travestilidade e da transexualidade no cenário brasileiro foi marcada por processos hegemônicos, higienistas e políticos específicos. A identidade travesti configura-se como uma identidade latino-americana, com raízes particularmente no contexto brasileiro, emergindo das lutas por existência e reconhecimento social. Portanto, argumenta-se pela preservação do termo em português em outros contextos linguísticos, uma vez que sua tradução poderia descaracterizar o significado político original que adquiriu em seu âmbito de origem (Araújo, 2017; Arruda; Araújo; Araújo, 2022; Tomaz; Filipe, 2024).

A palavra travesti, utilizada principalmente pelas pessoas cisgênero (cis) no Brasil, muitas vezes é associada ao verbo “travestir”, sendo significada e vinculada à ideia de falsidade, disfarce, maleficência, a algo ou alguém não genuíno ou original, e até a sujeira, doença e marginalidade. No entanto, ao jogar luz sobre

a história da palavra travesti, revela-se todo o significado de luta, resistência, sobrevivência, a potência da contestação sociopolítica e o esforço pelo reconhecimento dos direitos e da cidadania dos corpos dissidentes. Contrariando o imaginário do senso comum, ser uma travesti é reconhecer e assumir em si a possibilidade de um outro corpo possível, para além dos corpos normalizados, constituindo uma identidade real, que se apresenta na materialidade de seu corpo e que transita entre as vielas dos espaços sociais e políticos em busca do seu lugar e dos seus direitos, enquanto rompe com os imaginários binários e limitantes da sociedade onde está inserida (York; Oliveira; Benevides, 2020).

As travestis, no contexto brasileiro, performam uma experiência específica de trânsito de gênero que transcende os limites da cultura de gênero binária ocidental, em especial a cultura de raiz cristã norte-americana, a qual entende a existência apenas do masculino ou do feminino. Elas assumem em seus corpos biologicamente masculinos signos e performances do sexo feminino, mas ainda preservando características físicas, comportamentais e/ou sexuais masculinas, sem grandes dilemas ou crises de disforia de gênero (American Psychiatry Association, 2014, p. 451). A diferença entre as mulheres trans e as travestis é que as travestis não transitam de um gênero para o outro. Elas performam feminilidade e são uma identidade trans feminina, mas não se consideram mulheres; são essencialmente travestis. Travesti é uma identidade que nasce à margem da sociedade e resiste, muitas vezes recorrendo a trabalhos como a prostituição para se manterem vivas (Jesus, 2012; Tomaz; Filipe, 2024).

Essa performance de gênero híbrida das travestis evidencia como a rigidez binária entre os gêneros e a ideia de “má condução

dos gêneros”, assim como a “disforia de gênero”, são fenômenos oriundos de um contexto norte-americano e cristão. A hibridização do corpo, então, assume um caráter monstruoso e inapreensível para esta sociedade brasileira subordinada ao controle simbólico impresso pela indústria cultural, política e economia norte-americana (Denizart, 1997; Henriques; Leite, 2019; Leite Júnior, 2012). A hibridização assumida pelas travestis é um elemento evidente em suas construções de performance e identidade, indo além de só não se incomodarem com as genitais biológicas, visto “que existem transexuais que não rejeitam a genitália masculina, bem como travestis que não necessariamente identificam-se como mulheres” (Lima; Nascimento, 2015, p. 85).

Ambas, mulheres trans e travestis, sofrem violência, discriminação e, em ambos os casos, são excluídas da sociedade heteronormativa e de seus espaços, sendo igualmente corpos marginalizados que têm seus direitos básicos desrespeitados e negados. Em muitos casos, esses grupos têm até mesmo o acesso à educação negado, sendo expulsas do ambiente escolar tanto pelas normas das instituições de ensino quanto pela discriminação de professores, alunos e da comunidade, levando-as à evasão escolar, dificultando sua formação profissional, sua formação social e o acesso a postos de trabalho (Cruz; Silva, 2017; Tomaz; Filipe, 2024).

Contudo, Benedetti (2000) propõe que as travestis se diferenciam das mulheres transexuais por serem oriundas de classes sociais mais pobres ou por se encontrarem em situações de vulnerabilidade mais extenuantes. Dessa forma, as travestis têm menos ou nenhum acesso ao discurso médico e psicológico atual, desenvolvendo assim uma visão de mundo holística própria. As travestis compartilham com as classes populares uma ideologia

holista para a compreensão do mundo, na qual não se dissocia o entendimento do gênero e da sexualidade em dimensões distintas da experiência e da identidade, na contramão das transexuais e das classes médias e altas, que dissociam e classificam tais dimensões em uma visão ideológica individualista (Barbosa, 2015).

Devido ao contexto de marginalização apresentado, historicamente, as travestis comunicam à sociedade a imagem de pessoas perigosas, constituída por elas recorrerem ao uso da força física para impor sua presença no espaço público, pois, entre os anos de 1950 e 1960, elas eram agredidas e, no processo de passagem do gueto para as ruas, precisaram aprender a enfrentar aqueles que ofereciam perigo, não sendo raro utilizarem armas brancas, como facas ou outros tipos de lâminas, para intimidar os agressores (Ferreira, 2009). Outra forma de autodefesa das travestis em situação de prostituição foi a criação do Pajubá ou Bajubá, um vocabulário criado como estratégia para se comunicarem entre si, a fim de não serem compreendidas por policiais e outras pessoas, fazendo uso de gírias mescladas a palavras de origem iorubá (Nascimento; Mariano; Santos, 2021).

É preciso ser dito que um possível terceiro gênero seja uma possibilidade humana de conquista e (re)descoberta sobre si mesma. Ao observarmos fora do eixo norte-americano, podemos encontrar outras experiências de trânsito de gênero, as quais oferecem diferentes inflexões e reflexões existenciais sobre as nossas identidades (Henriques; Leite, 2019; York; Oliveira; Benevides, 2020). As travestis são profanas, entidades mitológicas, sobrenaturais, distantes para muitos e, simultaneamente, pessoas reais e vulneráveis; são sereias, dríades ou harpias e quase sempre urbanas; são simultaneamente duas dimensões vistas como

antagônicas. São pessoas objetificadas, exotificadas, demonizadas, hiper sexualizadas, patologizadas, abusadas, desumanizadas, banalizadas e úteis a muitos grupos quando convém. Mas, ao mesmo tempo, são sempre donas de si, de seus corpos e de suas identidades, a ponto de fazerem o que quiserem com eles (York; Oliveira; Benevides, 2020) talvez por isso incomodem tanto àqueles que não tem a liberdade de ser, daqueles que se deixam controlar.

4 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E RESPEITO ÀS DIVERSIDADES

A Organização do Conhecimento (OC) é um campo teórico e prático especializado da Ciência da Informação (CI) no qual são pensadas e elaboradas estratégias para representação de informações que atuam diretamente na recuperação e acesso dessas. De acordo com Gomes (2023, p. 32) a OC:

[...] se debruça sobre um conjunto de ações (construção, descrição, catalogação, gerenciamento, classificação, armazenamento, comunicação etc.) necessárias ao registro, à disseminação e à preservação do conhecimento humano, com fins de gerar informações e novos conhecimentos.

No sentido da OC como um campo em que estratégias informacionais são criadas e que elas permitem a geração de novas informações e conhecimentos, e compreendendo, ainda, que Gomes (2023) trata dos tesouros, instrumentos de OC, como dispositivos sob a ótica foucaultiana e possíveis de serem usados para ampliar o acesso, mas também em restringi-lo, possibilitando ou não a geração de novas informações e conhecimentos, entendemos que, a OC, então, pode ser usada como dispositivos de poder para avançar ou

não com o desenvolvimento de uma sociedade de respeito às diversidades, como o respeito à identidade de gênero travesti.

Atentando-se a essa “funcionalidade” de poder exercida pela OC, em especial com os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), algumas pesquisas têm se destacado no cenário brasileiro da CI em desvelar, de trazer à luz, os mecanismos utilizados por esses SOCs na manutenção do *status quo* de determinados grupos em detrimento da opressão de outros. Considerando esse contexto, apresentaremos três dessas pesquisas importantes (Moura, 2018; Romeiro, 2024; Trivelato, 2022) que apresentam como os SOCs estabelecem e reproduzem discursos desviantes sobre gênero, voltados diretamente ao gênero feminino.

A pesquisa desenvolvida por Moura (2018) reafirma a não neutralidade dos SOCs e de suas potencialidades em controlar “códigos de inteligibilidade em processos de produção, organização e circulação do conhecimento” (Moura, 2018, p. 14) relativos a gênero ao analisar termos relacionados à mulher no *Eurovoc*⁵ e no *Gender equality glossary and thesaurus*⁶.

O *Eurovoc* correspondeu à pesquisa com termos mais genéricos, ao ponto que o *Gender equality glossary and thesaurus* apresentou uma quantidade maior de termos e mais específicos. Dessa forma, levando em consideração as possibilidades de representação das informações, documentos indexados com o *Gender equality glossary and thesaurus* teriam maior possibilidade de corresponder as buscas pelos usuários por seus termos mais específicos e de recuperação, visto corresponder com uma

⁵ O Eurovoc é o tesouro adotado pela União Europeia para indexação de informações.

⁶ Tradução do título pelos autores: Glossário e tesouro sobre igualdade de gênero.

quantidade menor de documentos para serem analisados pelo usuário.

Trivelato (2022), em sua pesquisa, que analisou cinco SOCs⁷, identificou que esses sistemas de representação da informação reproduzem discursos sexistas que não acompanhavam as demandas das mulheres para construção de uma sociedade mais respeitosa. A pesquisa evidenciou que:

[...] os arranjos desse instrumento além de potencialmente sedimentar condições sociais que reforçam conceitos patriarcais, branco e eurocêntricos/estadunidenses, também produzem efeitos de discurso oficial, eles exercem o seu papel social no enquadramento dos discursos, na representação e recuperação da informação.

De forma convergente, a pesquisa de Romeiro (2024), que também analisou quatro tesauros⁸ – com correspondência à pesquisa de Trivelato (2022) quanto ao Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres e ao Homossaurus – sob a perspectiva dos estudos de gênero, da decolonialidade e da interseccionalidade, identificou que, quanto à decolonialidade e à interseccionalidade ainda são discretos os avanços na representação quanto à termos relativos ao gênero feminino nos referidos tesauros.

Outras pesquisas, como Gomes e Frota (2019) e Gomes (2023), se atentam aos SOCs, os tesauros em específico, desde sua construção para ruptura de seu direcionamento para manutenção do *status quo* de grupos hegemônicos. Para tanto, a diversidade ganha papel central na discussão de como romper, não com a função de

⁷ São eles: o Homosaurus; a Library of Congress Subject Headings; o Tesauro de gênero: lenguaje con equidad; o Tesouro de Mujeres; e Tesouro para estudos de gênero e mulheres

⁸ São eles: o Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres; o Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero; o Tesouro de Género: lenguaje con equidad; e o Homossaurus.

poder desses SOCs, mas de que ela seja direcionada para o alcance de uma sociedade mais respeitosa às diversidades.

As pesquisas apresentadas se incluem dentro de uma nova perspectiva para a OC denominada Organização Social e Crítica do Conhecimento ou Organização Social do Conhecimento. Essa nova perspectiva, entre suas características, aponta a necessidade de vigilância dos SOC para atenção à universalização e identificação de desvios de representação e posterior adequação a partir de uma perspectiva ética.

5 TRAVESTI, UMA TERMA (DES)CONTROLADA

Os tesouros por suas características e função, de alguma forma irão controlar o termo e a descrição da identidade travesti, porém, é crucial evitar a reprodução de construções sociais patologizantes ou estigmatizantes. Esta seção seguirá um caminho de análise da descrição existente para o termo “Travesti” e a elaboração de uma descrição adequada ao contexto brasileiro, e do termo, sua localização e como apresentá-lo, que resguarda significados importantes sobre o respeito à identidade travesti.

Pela análise do Homosaurus, localizamos, com uso do campo de busca, um termo que, por sua apresentação, poderiam ser erroneamente, se não compreendida a descrição, utilizado para indexação de documentos relativos à identidade travesti brasileira: “Travestis”⁹. Naquele momento, só nos atemos a apresentação terminológica aproximada.

⁹ No original: Travestis.

Figura 1 – Descrição do termo “Travestis” no Homosaurus

Description	
Spanish term for people assigned male at birth who have a feminine gender identity; commonly used in South America.	English
Término para personas asignadas al sexo masculino al nacer que tienen una identidad de género femenina; comúnmente utilizado en Sudamérica.	Spanish

Fonte: Homosaurus (2025) com captura de tela no dia 21 maio 2014, às 18h30.

Percebe-se que a descrição (Figura 1) apesar de apresentar uma amplitude continental, na qual o Brasil está coberto, não representa de forma fiel à identidade travesti no contexto brasileiro importando uma descrição universalizante (Trivelato, 2022) que vai de encontro à definição tradicional de mulher transgênero, incorrendo em desvios em abordar as particularidades sociais, políticas e identitárias das travestis brasileiras, que se afirmam como uma terceira posição de gênero além do binarismo ocidental.

A palavra travesti, no contexto brasileiro, resiste a definições simplistas por abarcar múltiplas dimensões de significados, conforme já apresentado na parte teórica. Contudo, alguns fundamentos podem ser destacados: i) trata-se de uma identidade de gênero trans feminina (Jesus, 2012; Tomaz; Filipe, 2024); ii) não se enquadra ao conceito de "mulher trans", mas não está necessariamente vinculada à rejeição da genitália masculina (Lima; Gitirana; Sá, 2022); iii) marca-se justamente pela hibridização de características masculinas e femininas (Lima; Nascimento, 2015, p. 85); e iv) historicamente, guarda relação com os shows de travestis e com os processos de marginalização de corpos dissidentes (Barbosa, 2015; Leite Júnior, 2012). Portanto, enquanto termo, seria necessário que se resguardassem essas dimensões de significados:

Descrição: Travesti é uma identidade de gênero feminina, mas não se adequa à identidade de mulher transexual. Historicamente construída no contexto latino-americano. No Brasil refere-se a pessoas designadas como homens ao nascer e que expressam feminilidade sem necessariamente rejeitar sua anatomia original ou buscar uma transição binária completa. Essa identidade se caracteriza por uma autoafirmação política distinta tanto da categoria "mulher trans" quanto da homossexualidade, apresentando uma performance de gênero híbrida, se afirmando como um terceiro gênero. Essa descrição não é definitiva e está em constante compreensão (elaborado pelos autores, 2025)

Embora a descrição apresentada não abarque toda a complexidade histórica e cultural da identidade travesti no Brasil, a intenção principal foi caracterizar de maneira concisa a especificidade da travestilidade enquanto experiência de gênero – destacando suas diferenças em relação à vivência das mulheres trans e mencionando, ainda que brevemente, seus aspectos históricos e políticos.

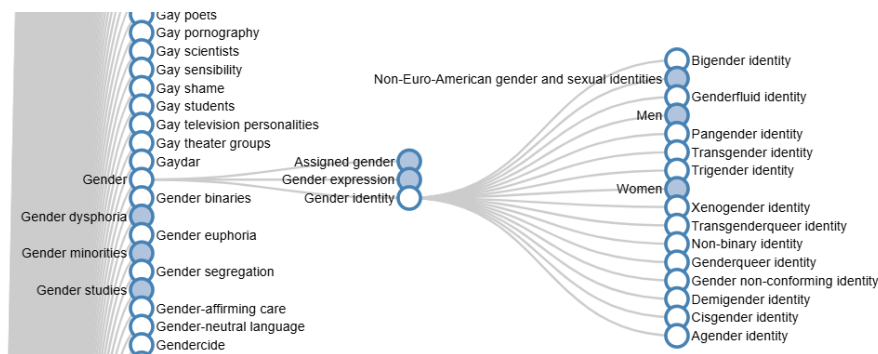
Conforme apontado acima, o termo com maior proximidade, por paronímia/homonímia, foi “Travestis”, levado em conta a presença do “s” como plural. Contudo, não descreve a complexidade da identidade travesti no contexto brasileiro. A localização do termo, em seus relacionamentos, se apresentou com adequados à descrição proposta à identidade travesti que elaboramos acima. De acordo com a visualização em formato de árvore, o termo “Travestis” está subordinado primeiramente ao termo “Identidades de gênero e sexuais não euro-americanas”¹⁰, que está de acordo com o entendimento exposto de uma identidade latino-americana; depois subordinado ao termo “Identidade de gênero”¹¹, concordando com Jesus (2012) e Tomaz e Filipe (2024); por último, subordinada ao

¹⁰ No original: Non-Euro-American gender and sexual identities.

¹¹ No original: Gender identity.

termo “Gênero”¹², que corresponde ao entendimento do termo anteriormente subordinado; esses relacionamentos podem ser melhor visualizados na figura 2:

Figura 2 – Relacionamentos semânticos do termo “Travestis” no Homosaurus.



Fonte: Homosaurus (2025) com captura de tela no dia 21 maio 2014, às 18h30.

Dessa forma, ao seguir os mesmos relacionamentos propostos ao termo “Travestis”, não estaríamos incorrendo em desvios éticos e ou desrespeitos às pessoas que assumem a identidade travesti no Brasil. Outras três possibilidades terminológicas foram analisadas, principalmente em seus relacionamentos e descrição: i) “Identidade dois espíritos”¹³; ii) “Transfeminilidade”¹⁴; e iii) “Grupos étnicos de pessoas LGBTQ+”¹⁵. Contudo, apresentaram limitações que expomos abaixo:

- i) Identidade dois espíritos: apesar de apresentar os mesmos relacionamentos que “Travestis”, trata-se de uma identidade de gênero usada por indígenas oriundos da América do Norte¹⁶, Estados Unidos da América e Canadá.

¹² No original: Gender

¹³ No original: Two-Spirit identity.

¹⁴ No original: Transfemininity.

¹⁵ No original: LGBTQ+ people in ethnic groups

¹⁶ Os termos relativos à “Identidade dois espíritos” precisa ser mais bem compreendido no Homosaurus, pois tem como termo geral “Identidades de gênero e sexuais não euro-americanas”, o que diverge da literatura que o identifica como uma identidade norte americana (Fernandes, 2017).

- ii) Transfeminilidade: demonstra correspondência com parte dos sentidos atribuídos à identidade travesti. Contudo, está subordinado ao termo geral “Expressão de gênero”¹⁷. Assim, limitaria os sentidos da identidade travesti somente como uma expressão de gênero. Valeria um relacionamento de subordinação duplo, mantendo o relacionamento com “Identidades de gênero e sexuais não euro-americanas”.
- iii) Grupos étnicos de pessoas LGBTQ+: Poderia apresentar subordinação à grupos étnicos, mas não existe um termo específico ao Brasil, apesar de ter para países como África do Sul, Rússia e Ucrânia.

Portanto, entendemos que, pelas limitações terminológicas e de significado, os relacionamentos mais adequados seriam aqueles apresentados na figura 2, onde a identidade travesti no contexto brasileiro ficaria incluída dentro dos relacionamentos de gênero, enquanto uma identidade não norte-americana.

Para evitar homonímias, uma das funções de controle atribuídas aos tesouros, sugerimos que a apresentação do termo contextualize seu uso no contexto brasileiro, para diferenciá-lo do termo “Travestis”, usado de forma abrangente em outros países latino-americanos, e para evitar usos errôneos. Dessa forma, uma possibilidade, pois não tivemos acesso às funcionalidades do sistema utilizado pelo IHLIA LGBTI Heritage, seria usar um delimitador geográfico: “Travesti (Brasil)”.

A descrição, a forma de apresentação do termo e seus relacionamentos não podem ser entendidas de forma fixa e fechada. À medida que avançar a compreensão sobre a identidade travesti e,

¹⁷ No original: Gender expression.

também, o desenvolvimento do Homosaurus com novos termos, será necessário rever a necessidade de movimentações e expansões semânticas. Mesmo estando em um instrumento próprio da atividade informacional conhecido por ser um vocabulário controlado, o tesouro, ou no caso desta pesquisa o Homosaurus, nunca poderá ser entendido como um limitador do significado da identidade travesti.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou desafios que transcenderam questões teóricas e epistemológicas para a autora principal, uma mulher trans, o processo de desenvolvimento desta pesquisa, tornou ainda mais complexa a tarefa de sintetizar em poucas palavras o que significa ser travesti, dada a densidade histórica, social e cultural que envolve essa identidade. O reconhecimento da travestilidade como experiência de gênero legítima e nacional é fundamental para avançar rumo a uma sociedade menos hostil. Incluir o termo "Travesti (Brasil)" no Homosaurus, preservando suas particularidades, é um passo crucial para que outras instituições – sejam acadêmicas, jurídicas, médicas ou midiáticas – abandonem representações exotificadas ou medicalistas, adotando descrições precisas e respeitosas.

Compreender quem são as travestis brasileiras vai além de uma questão terminológica, é um exercício de descolonização do conhecimento. Num mundo que ainda impõe o binarismo de gênero como norma universal, a travestilidade emerge como resistência política e cultural, desafiando não apenas classificações ocidentais, mas também a própria noção de que identidades devem se encaixar em modelos pré-estabelecidos. Dar visibilidade a essa existência é reconhecer que a humanidade não cabe em categorias rígidas; é

afirmar que corpos marginalizados carregam em si epistemologias capazes de transformar estruturas de poder. Quando instrumentos de Organização do Conhecimento como o Homosaurus acolhem essas narrativas, elas não apenas corrigem erros históricos, mas tornam-se aliadas na construção de um futuro em que nenhuma identidade precise ser explicada, apenas vivida.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAÚJO, M. C. Travesti não se traduz!. **Lux Online Exhibition**. Notes on Travecceleration, 2017. Disponível em: https://lux.org.uk/wpcontent/uploads/2021/05/Exhibition-Booklet_Notes-on-Travecceleration-1.pdf. Acesso em: 09 abr. 2025.

ARRUDA, A. M. A.; ARAUJO, R. F.; ARAUJO, R. Travestis e pessoas transexuais na mídia alagoana: análise do discurso em portais online. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1504>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BARBOSA, B. C. **Imaginando trans**: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BENEDETTI, M. R. Hormonizada! Reflexões sobre o uso de hormônios e tecnologia do gênero entre travestis. In: FÁBREGAS-MARTÍNEZ, A. I.; BENEDETTI, M. R. (Org.). **Na batalha**: identidade, sexualidade e poder no universo da prostituição. Porto Alegre: Dacasa, 2000.

CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em direção a um futuro trans? Contribuições para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Salud Soc.**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351,

ago. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sess/a/bwWdcsDTNwS9mxzBkX6MSmx/?lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2025.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: método qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, D. S.; SILVA, R. B. Direitos humanos, pobreza e exclusão social: um olhar para travestis e transexuais em contextos educacionais. **Revista Humanidades e Inovação**, v.4, n. 6, p. 78-84, 2017. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/503>. Acesso em: 27 fev. 2025.

DENIZART, H. **Engenharia erótica**: travestis no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

DOMINGUES, I. **Epistemologia das Ciências Humanas**. Tomo 1: Positivismo e hermenêutica. São Paulo: Loyola, 2004.

FERNÁNDEZ, J. **Cuerpos desobedientes**: travestismo e identidad de género. Buenos Aires: Edhasa, 2004.

FERREIRA, R. S. A informação social no corpo travesti (Belém, Pará): uma análise sob a perspectiva de Erving Goffman. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 38, n. 2, p. 35-45, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/XBXQ4g3Xyh8PpKRw6gfZ5Wy/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2025.

GOMES, P. **A construção de tesouros em contextos de complexidade cultural, social e política**: uma proposta para Justiça de Transição. 2023. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

GOMES, P.; FROTA, M. G. C. Knowledge Organization from a social perspective: Thesauri and the commitment to cultural diversity. **Knowledge Organization**, v. 46, p. 639-646, 2019. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2019-8-639.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

GREEN, J. **Além do carnaval**: homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

HENRIQUES, R. S. P.; LEITE, A. F. S. A disforia de gênero como síndrome cultural norte-americana. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, p. e56662, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/qn5qpDFDBhyPzRHZgHc7mCN/?lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2025.

JESUS, J. G. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: [s. n.], 2012. Disponível em: <https://www.diversidadesesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/GÊNERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Revisão técnica e adaptação: Lana Mara Siman. Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEITE JUNIOR, J. “Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/GZ4KZpZGPTjvPkMyKq4bffv/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 28 jan. 2025.

LIMA, H. B.; NASCIMENTO, R. V. R. “Transgeneridade e cárcere: diálogos sobre uma criminologia transfeminista”. **Revista Transgressões**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 75–89, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/6444>. Acesso em: 04 fev. 2025.

LIMA, F. E. N.; GITIRANA, J. H. S.; SÁ, P. P. A segregação do corpo travesti no sistema prisional brasileiro: comentários à Medida Cautelar na ADPF 527. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 2, p. 1136-1167, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/YXYPvbNS9ZpY9wj9hMMdvNy/?lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2025.

MOURA, M. A. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 118-135, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/36891>. Acesso em: 13 jun. 2025.

NASCIMENTO, V. M. S.; MARIANO, N. A.; SANTOS, C. B. Diaeto Pajubá: marca identitária da comunidade LGBTQIA+. **Grau Zero: Revista de Crítica Cultural**, v. 9, n. 2, p. 67-95, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/view/11952>. Acesso em: 20 de fev. 2025.

ROMEIRO, N. L. **Conceituação e hierarquização das questões de gênero em tesouros**: um estudo ancorado na Organização Social e Crítica do conhecimento em diálogo com a interseccionalidade e a decolonialidade. 2024. 300 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

SOLIVA, T. B. Sobre o talento de ser fabulosa: os “shows de travesti” e a invenção da “travesti profissional”. **Cadernos Pagu**, n. 53, p. e185314, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/wz4FCMgj8ZTDPwpkJn5H9Xg/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 09 fev. 2025.

TOMAZ, L. B. O. S.; FELIPE, C. B. M. O papel da indexação na categorização da transexualidade e travestilidade. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. e35269, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/35269> Acesso em: 25 maio 2025.

TRIVELATO, R. M, S. **A luta das mulheres tem muitos nomes**: os Sistemas de Organização do Conhecimento frente a uma emergência conceitual. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

YORK, S. W.; OLIVEIRA, M. R. G.; BENEVIDES, B. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, p. e75614, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/D5Mthwz5BKTKhX8JTwGjJbd/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2025.